



JUSTIFICATIVA

DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°0055/2026:

"CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN".

I - a caracterização da situação fática e seu enquadramento nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

O evento justifica-se por se constituir uma importante ferramenta de inclusão social e oportunidade para a interação das famílias, troca de experiências e um marco na vida esportiva do atleta que dá um passo importante em direção a sua formação profissional e na carreira como atleta, além de contar pontos para o Ranking. Em consonância com a finalidade da SUDESB, a qual tem buscado fomentar o esporte no Estado da Bahia, a Federação Baiana de Voleibol - FBV apresentou o projeto **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN**, competição de alto rendimento que será realizadas em etapas de vôlei de praia, no período de 05/06 a 18/10/2026.

A atividade proposta é **Vôlei de Praia** e visa atender aproximadamente 240 atletas, com 30 duplas cada etapa. Serão 4 etapas e com um público estimado de 2.000 mil pessoas durante todo o evento, no município de Lauro de Freitas, atendendo ao Calendário Anual da FBV.

Segue programação das etapas:

- **1ª ETAPA nos dias 05 e 06 de junho de 2026;**
- **2ª ETAPA nos dias 18 e 19 de julho de 2026;**
- **3ª ETAPA nos dias 12 e 13 de setembro de 2026;**
- **Final do Circuito nos dias 17 e 18 de outubro de 2026.**

A FBV é uma entidade sem fins lucrativos, filantrópica que tem por finalidade administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o Estado da Bahia a prática do voleibol em todos os níveis, promover ou permitir a realização de competições estaduais, intermunicipais, internacionais e olímpicos e representar o voleibol baiano junto aos poderes públicos em caráter geral, representando a Administração Pública no interesse do fomento do desporto junto a população e demais organizações desportivas onde se encontram filiadas.

O art. 31 da Lei 13.019/2014 preceitua:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

Nessa justificativa possibilitou-se a inexigibilidade de chamamento público por inviabilidade de competição conforme acima previsto legalmente, tendo em vista que a mesma constitui entidade específica representativa do Estado na modalidade esportiva no projeto em questão.

As metas, portanto, só podem ser realizadas pela FBV, que é a única entidade com Exclusividade e reconhecida pela Confederação Brasileira de Voleibol – CBV.

II - a razão da escolha da organização da sociedade civil;

A entidade demonstra capacidade técnica para a execução do objeto, em observância a IN STN nº 01/1997, art. 4º, II, uma vez que vem realizando outros eventos de forma eficiente prestando contas de forma regular.

Além disso, só espaços são apropriados para a realização das atividades programadas e toda a documentação legal exigida pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto nº 17.091 de 05 de outubro de 2016, conforme afirmado no parágrafo anterior.

III - a justificativa do valor previsto para a realização do objeto

O valor previsto de R\$216.386,00 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e seis reais) e teve como referência a descrição detalhada dos serviços a serem contratados, acompanhado de 3 orçamentos pormenorizados, definindo os métodos e prazos de execução do objeto a ser contratado, conforme planilha comparativo de preços.

Vale ressaltar que a realização desta parceria encontra-se em consonância com a Ação Orçamentária 5779 - Promoção de atividade de Esporte de Alto Rendimento, que tem como iniciativa promover o esporte de alto desempenho, junto a federações e entidades esportivas.

Pode-se, portanto, em atendimento à Res.TCE nº144/2013, art.3º, VIII, observar a relação de casualidade nas metas a serem alcançadas por este projeto e o Compromisso nº 0003 – “Fomentar o esporte de alto desempenho , considerando as vocações territoriais, estabelecido no PPA 2024/2027.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 21/05/2026, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00140646612** e o código CRC **B5AE169D**.

Referência: Processo nº 069.1486.2026.0002166-25

SEI nº 00140646612